

SAMPAIO, Patrícia Melo. O fim do silêncio. Presença negra na Amazônia. Belém: Editora AÇAI/CNPq, 2011 ISBN 978-85-61586-30-0, 298 p.

O livro organizado pela historiadora Patrícia Melo Sampaio, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulado *O fim do silêncio. Presença negra na Amazônia* vem ao encontro de uma tarefa assumida por historiadores(as), de resgatar a presença negra na Amazônia. Seus doze capítulos, ao apontarem elementos da cultura material e imaterial dos negros e afrodescendentes, contribuem para dar visibilidade a essa presença por tanto tempo silenciada. Gradualmente, o leitor, gradualmente, entra em contato com indícios que o levam a perceber que as culturas ditas subalternas encontram, no dia-a-dia, brechas para dialogar com a realidade, negociar estratégias de sobrevivência e ressignificar suas visões de mundo.

O fim do silêncio, com base em inúmeras fontes, avança na constatação e interpretação da documentação e da vivência dos escravos e seus descendentes, colhendo expectativas e experiências por tanto tempo silenciadas.

Presença, fuga e alforria de escravos na Amazônia

Com o texto intitulado *Escravos e escravidão africana na Amazônia* (pp. 13-43), Patrícia Melo Sampaio busca resgatar o papel efetivo da escravidão africana na economia amazônica do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Nas palavras da autora:

A proposta deste capítulo é, de um lado, procurar reconstituir, em linhas bastante gerais, a emergência desses novos sujeitos [escravos negros] e, de outro, buscar apontar - na medida das possibilidades- as relações entre a propriedade escrava e os mecanismos de mobilidade social no Grão-Pará colonial (p. 18).

Os escravos negros foram introduzidos na Amazônia em 1692 pelos holandeses ou ingleses na região do Oiapoque. A coroa portuguesa, através de inúmeras concessões e prerrogativas a negreiros, se faz presente nesse comércio, buscando estabelecer vínculos entre a economia amazônica e a Metrópole.

Para Sampaio, “entender a presença de escravos no Grão-Pará colonial significa não só avaliar seus números, mas principalmente, buscar visualizar as formas de sua inserção nessa sociedade (p. 34). A Belém colonial tinha um caráter multiétnico, com grande presença de escravos no espaço urbano, o que não ocorria na Capitania do Rio Negro, sendo aí os índios a maioria. A região foi pródiga na formação de quilombos e mocambos que teciam redes de solidariedade com as populações indígenas.

Outro dado confirma a importância da presença da escravidão no Pará colonial: “*ser proprietário significava garantir sua própria liberdade, assegurar sua*

mobilidade espacial com menores restrições e ainda poder acessar postos militares que lhes garantiam honras e privilégios” (p. 42).

Ygor Olinto Rocha Cavalcanti, em *Fugido, ainda que sem motivo: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888)* (pp. 43-72), quer mostrar que as fugas de escravos e escravas revelam “sujeitos com experiências históricas específicas” (p. 44). Sua fonte de pesquisa são os anúncios de fuga encontrados nos inúmeros jornais da época, como o *Estrella do Amazonas* (1854-1863). Leva também em conta outras informações, como cartas de alforria, registros policiais e anúncios de aluguel.

Consta que “homens e mulheres escravas, por vias e motivações diferentes, buscaram estreitar laços afetivos e familiares” (p. 57) por sentirem que isto lhes era negado no Amazonas.

A maioria das fugas tinha a cidade de Manaus como origem e destino, cidade que crescera e se modernizara oferecendo trabalho em obras e serviços públicos e a oportunidade aos escravos de amealharem pecúlio. Outra rota de fuga eram os rios nos períodos de cheia. Cavalcanti conclui afirmando que “as fugas devem ser entendidas nesse processo de organização e estruturação da nova província e, nas décadas seguintes, de expansão das atividades produtivas (p. 72).

A província do Amazonas aboliu a escravidão em 1844, com a Declaração da igualdade de direito dos habitantes da província do Amazonas. A história da libertação:

Foi, principalmente, produto de uma ampla teia de relações escravocratas estabelecidas, de interesses negociados, além de diversas implicações advindas da conjuntura econômica e social do império e da região, e que levaram a escravidão a ser aos poucos, mas progressivamente, minada (p. 74).

A carta de alforria constituiu-se no principal meio que levava os escravos do Amazonas à liberdade. Provino Pozza Neto, em *Alforrias escravas na Província do Amazonas* (pp. 73-99), levantou nos acervos de Manaus 152 cartas de liberdade que alforriaram 170 escravos, e as examinou minuciosamente com ênfase no “perfil dos escravos que mais se beneficiaram com as alforrias, através de variáveis como sexo, idade, cor e profissão” (p. 76). Procurou, também, apresentar as razões e condições para a obtenção da alforria no Amazonas. O baixo número de alforrias gratuitas revela que a cooperação dos senhores era pequena e que “a alforria é produto de complexas relações sociais e é movida pelas mais diversas causas” (p. 87).

Capoeira, quilombolas, danças e festas

Praticada de diversas formas no país, a capoeira “foi introduzida no Amazonas por Julival do Espírito Santo, o Mestre Gato, no ano de 1973” (p. 101), segundo o relato de Luís Carlos de Matos Bonates, em *A Capoeiragem Baré* (pp. 101- 130).

Durante um bom tempo, tanto na Monarquia quanto no Império, a capoeira era vista como prejudicial à ordem pública. No entanto, a capoeira é uma das mais importantes contribuições da cultura afrodescendente para a construção da cultura amazônica.

É praticada, hoje, sob diversas formas no país. Luís Bonates, mestre de capoeira, ao fazer memória da capoeira no Amazonas, destaca duas que considera importantes: capoeira sem berimbau e capoeira com berimbau. A primeira é utilizada predominantemente como conjunto de técnicas de ataque e defesa; na segunda prevalecem o jogo e a diversão.

A capoeira com berimbau nasceu na Bahia no final do século XIX e gerou dois estilos: a Regional e a Angola. A partir dos anos 70, no eixo Rio-São Paulo, surge a Capoeira Regional Contemporânea, que deixou de lado muito da tradição estética afrobrasileira. A expansão da capoeira “fez com que o Estado considerasse a roda de capoeira e os saberes dos Mestres como patrimônio imateriais do povo brasileiro” (p. 107).

Atualmente, as comunidades quilombolas chegam a quatro mil no país, segundo a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAR. Emmanuel de Almeida Faria Júnior, em *Quilombolas no Amazonas: do rio dos pretos ao Quilombo do Tambor* (pp. 131-156), estuda a Comunidade Quilombola do Tambor, no município de Novo Airão - AM, visando explicitar seus processos de construção identitária frente a uma “situação social de conflito” criada pela implantação de uma unidade de conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional do Jaú-Parnajau. Criação e implantação geradoras de inúmeros problemas relacionados com o modo de vida, o comércio e as práticas religiosas, e que também forçaram deslocamentos da população do quilombo.

No texto *Danças e andanças de negros na Amazônia: por onde anda filho de Catirina?* (pp. 157-172), Sérgio Ivan Gil Braga se propõe a “tornar visíveis traços proto-históricos de uma cultura negra na Amazônia” (p. 158).

Braga tece sua argumentação associando criativamente a história do negro na Amazônia às figuras mitológicas de Macunaíma, Pai Francisco e Catirina do enredo dos bois-bumbás da Amazônia, associação que ecoa no mito das três raças. Sua intenção é captar estruturas de permanência histórica de uma estética negra. Trabalha com a seguinte hipótese:

o fato de que elementos musicais de matriz africana se incorporaram a elementos indígenas de língua tupi e de crença do catolicismo ibérico, constituindo assim estruturas históricas de longa duração encontradas em festas religiosas e populares da Amazônia (p. 158).

Na conclusão, Braga reitera:

A idéia, portanto, de uma Amazônia exclusivamente portuguesa, indígena e mestiça cabocla precisa ser ultrapassada no senso comum e merece incorporar outros sujeitos históricos e contemporâneos a consciência de todos nós, neste caso os negros, mas também migrantes latino-americanos, de outras nacionalidades que não somente brasileira (p. 170).

Jamily Souza da Silva, em *A festa de São Benedito no bairro da Praça 14* (pp. 173-190), visa:

Reconhecer a importância histórica e antropológica que a festa de São Benedito do bairro da Praça 14 tem para os negros descendentes de escravos vindos do Maranhão, ao longo dos anos, considerando ao mesmo tempo a relevância da cultura negra, tanto na identificação com o santo cultuado, como na visibilidade adquirida pela festa no contexto da Praça 14 e inclusive para a cidade de Manaus (p. 174).

Maria Severa Nascimento Fonseca e seus três filhos, Manoel, Antão e Raimundo e Felipe Nery Beckmann, trouxeram para Manaus a imagem de São Benedito esculpida em “pau d’angola”, venerada em Alcântara (MA), juntamente com a festa.

Silva deixa clara a importância histórica que as festas (religiosas populares) tiveram para o processo de formação da cultura negra desde o período colonial até os dias de hoje (p. 189).

Produtos culturais e políticas afirmativas

O historiador Sidney Barata de Aguiar trata da presença do Hip Hop na cidade de Manaus no texto intitulado Hip Hop de leste a oeste de Manaus; quatro cabeças de uma hidra urbana (pp. 191-217). O autor mescla dados colhidos numa ampla pesquisa de campo com sua própria experiência no Movimento Hip Hop. “Hip Hop é o movimento sócio-cultural surgido nos guetos que consiste em quatro sub grupos ou elementos [DJ; Grafite; MC (Master of Ceremony) e B.Boy/B. Girl], baseados principalmente na criatividade de seus participantes” (p.198).

Aguiar refaz para o leitor a história do Movimento nos Estados Unidos, no Brasil e na cidade de Manaus, lembrando nomes, ocorrências e preocupações presentes na agenda do Movimento. “O Hip Hop como produto das ruas também enfrenta seus desafios e cada década que passa demonstra uma tremenda capacidade de renovar seus conceitos, mantendo suas raízes e isto talvez explique a longevidade do hip hop” (p. 214).

Em “Gente sem crônica definitiva”: negros e mulatos n’A Selva (pp. 219-238), Maria José Nunes Aleixo e Patrícia Melo Sampaio recorrem à literatura para romper o silêncio sobre a presença do negro na Amazônia.

A Selva, do escritor português Ferreira de Castro (1898-1974), foi o romance escolhido por permitir *contextualizar a presença de negros e outros grupos étnicos no Seringal Paraíso, localizado no rio Madeira* (p. 220).

A análise do romance possibilita ampliar o horizonte da discussão, contribuindo para romper o silêncio secular que encobre a presença negra no Amazonas, resgatando a cor dos seringueiros que costuma desaparecer em muitas análises historiográficas. O ensaio finaliza destacando um desafio atual, o de construir uma nova memória histórica.

A análise do Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 ocupa lugar de destaque em *“Braços que remam nas águas do rio Negro rumo ao PROUNI”*. *Acadêmicos Afrodescendentes do Amazonas* (pp. 239- 266) de Ariete Anchieta Silva e Gláucio da Gama Fernandes.

Os autores têm consciência de que a educação não se constitui no único caminho para as transformações sociais, mas dá uma contribuição decisiva para formar cidadãos e diminuir os preconceitos e discriminações tão presentes na sociedade brasileira. Ainda hoje é baixo o índice de afrodescendentes na educação superior e baixa a universalização de bens e serviços à população.

“O princípio básico que norteia o PROUNI, é o de assegurar a uma população historicamente excluída, a democratização do acesso e permanência no ensino superior” (p. 255). À medida que o programa avança, mitos vão sendo demolidos, como o da incapacidade de os mais pobres de acompanharem os estudos universitários, e

os bolsistas do PROUNI realizam a experiência de conhecer sua realidade e talvez se descobrir como um homem novo mais seguro de suas convicções e possibilidade com maior força e segurança em perceber-se atuante e responsável pelo seu presente e seu futuro (p.266).

Edanailda Santos, em *Identidades e trajetórias de docentes negras(os) da Universidade Federal do Amazonas* (pp. 267-298), analisa as trajetórias de docentes negros na UFAM. O fio condutor da análise é a desigualdade social na educação. Para dar visibilidade ao segmento minoritário dos docentes negros e negras, Santos levanta, entre outras, as seguintes questões: *Como ocorreu a trajetória acadêmica da(o)s docentes negra(o)s? Quais os fatores que determinaram esta trajetória acadêmica? Como se desenrolou a trajetória profissional na UFAM? Que desafios enfrentaram ao longo destas trajetórias?* (p. 268).

Santos colhe depoimentos acerca do processo de construção das identidades étnico-raciais, em geral construídas localmente, *“em meio a situações de discriminação negativa motivadas pela aparência e pela condição social delas e deles”* (p. 273). Em seguida, volta-se para a questão tão discutida, mas sempre atual, da mobilidade do negro, isto é, a questão da ascensão social. A autora conclui, após examinar os

depoimentos, que “a educação [para os docentes] foi uma estratégia inconsciente de superação das desigualdades raciais e econômicas” (p. 286).

As narrativas desses docentes trouxeram à tona formas de racismo institucional presentes na Universidade e revelaram que “o processo de mobilidade ascendente foi permeado de conflitos e a ascensão social só se concretizou através de muita disciplina e muito investimento nos estudos” (p. 293). Todas as narrativas deixam claro que a rede de apoio financeiro, intelectual e familiar foi fundamental para chegar onde chegaram.

Pontuações

A intensidade analítica dos doze artigos que compõem o texto não é idêntica. Chamo atenção para dois textos que funcionam como um amplo guarda-chuva para os demais: Por uma escravidão africana e da presença negra na Amazônia e Alforrias escravas na Província do Amazonas, o primeiro da organizadora do volume, Patrícia Melo Sampaio, e o segundo de Provino Pozza Neto.

Cada artigo, a seu modo, contribui para a identificação da lógica que preside o longo silêncio sobre a presença negra na Amazônia, ao revelar o pano de fundo que a sustenta. O texto Danças e Andanças de Negros na Amazônia surpreende pela criatividade e originalidade presentes em sua estrutura argumentativa.

Através de uma escuta cuidadosa dos registros históricos que reiteradamente apontam para a importância da escravidão na Amazônia, os autores visibilizam traços históricos de uma cultura negra, quebrando olhares e dizeres de anos de silêncio. Ao descrever a forma como grupos marginais ressignificam, incorporam e selecionam modo de ser e estar, nos mostra como a nacionalidade brasileira não pode ser compreendida sem a presença marcante do negro. Modos de ser e estar fragmentados, mas que ainda hoje mostram suas potencialidades ao se fazerem presentes na sociedade brasileira.

No conjunto, os artigos oferecem uma ampla bibliografia para pesquisadores e pessoas interessadas em aprofundar os estudos sobre a diáspora negra amazônica. Ler O fim do silêncio é conhecer um pouco mais da história da Amazônia, os mecanismos presentes na constituição da nação brasileira e perceber a necessidade, como nos lembram os autores de Gente sem crônica definida, a necessidade de se construir uma nova memória histórica para o país.

*Ênio José da Costa Brito**

Recebido: 15/10/2012

Aprovado: 04/12/2012

* Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, contato: brbrito@uol.com.br